ÁGUAS DA TEJA

2017 RELATÓRIO E CONTAS

Águas da Teja, S.A.

ÍNDICE

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES 3
MENSAGEM DO PRESIDENTE 5
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA 6
Breve Historial 6
Estrutura Acionista 7
Órgãos Sociais 7
MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO 8
Missão 8
Visão 8
Valores 8
SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2017 9
Envolvente Exterior 9
Enquadramento Macroeconómico 9
Enquadramento Do Setor 2017 11
Enquadramento Local 15
Recursos Humanos 17
Regras Societárias 17
Principais Acontecimentos Em 2017 18
Factos Relevantes 18
Organização, Processos e Sistemas 24
Análise Económico – Financeira 25
Análise de Gastos e Rendimentos 25
Análise do Balanço 27
Indicadores 28
PERSPETIVA PARA O FUTURO 29
CONSIDERAÇÕES FINAIS 31
OUTRAS INFORMAÇÕES 32
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 33
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E RESPETIVO ANEXO 34

Indicadores Financeiros

		2015	2016	**2017**
Capital Social	Eur	875 000	875 000	875 000
Capital Próprio	Eur	1 749 488	1 799 555	1 877 212
Ativo Líquido Total	Eur	3 364 463	3 396 824	3 392 760
Investimento	Eur	274 528	106 788	164 499
Volume de Negócios	Eur	1 216 247	1 245 545	1 360 508
EBITDA Ajustado (*Cash Flow* Operacional)	Eur	375 851	470 953	516 781
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	73 605	115 918	120 725
Resultados Antes de Impostos	Eur	32 938	67 104	103 077
Resultado Líquido do Exercício	Eur	20 517	50 066	77 657
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	1,17%	2,78%	4,14%
Rentabilidade do Ativo	%	0,61%	1,47%	2,29%
Autonomia Financeira	%	52,00%	52,98%	55,33%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	13	14	15

Indicadores de Atividade

		2015	2016	**2017**
Nº de Municípios Abastecidos	nº	1	1	1
Área Geográfica Abrangida	Km2	366	366	366
População Residente na Área Abrangida	nº	9 878	9 878	9 878

Abastecimento

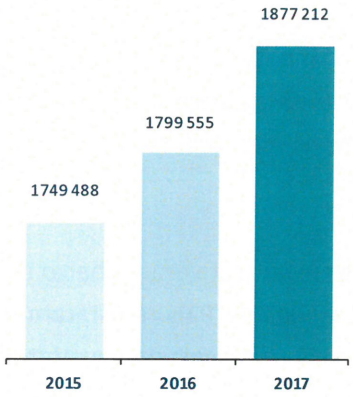
		2015	2016	2017
Nº de Clientes	nº	6 249	6 250	6 280
População Servida	nº	9 203	9 203	9 245
Volume de Água Produzida	(10^3 m3)	668	699	777
Volume de Água Vendida	(10^3 m3)	554	594	667

(I) Produzida + Comprada. Em 2017 a água comprada corresponde a XXX% da água disponível

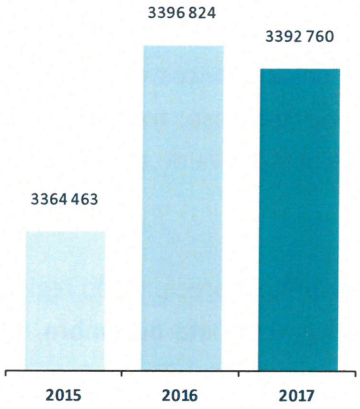
Saneamento

		2015	2016	2017
Nº de Clientes	nº	5 312	5 321	5 354
População Servida	nº	8 233	8 233	8 233
Efluente Tratado	(10^3 m3)	355	357	358

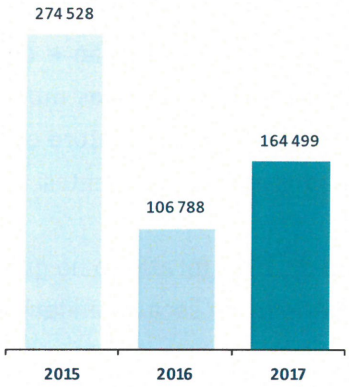
Capital Próprio (€)



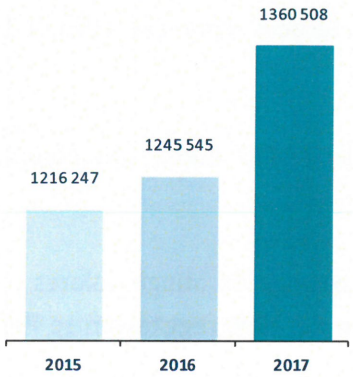
Ativo Líquido Total (€)



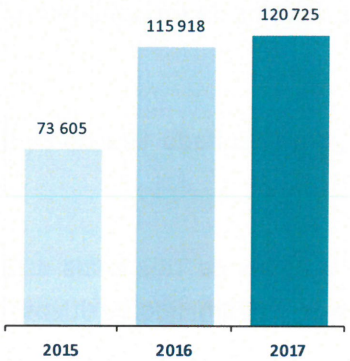
Investimento (€)



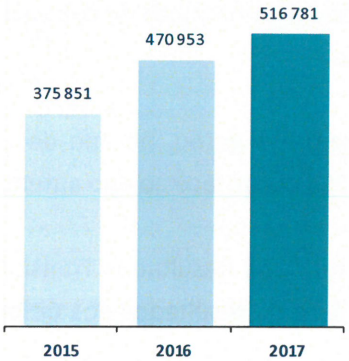
Volume de Negócios (€)



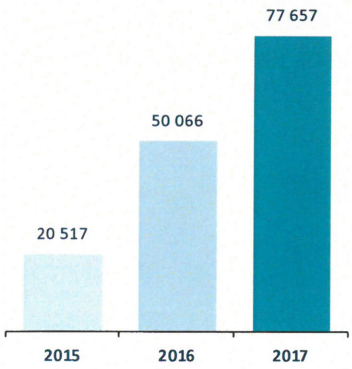
EBIT (Resultado Operacional) (€)



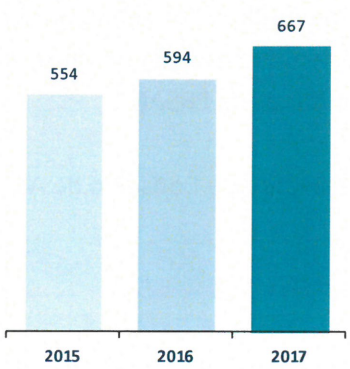
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)



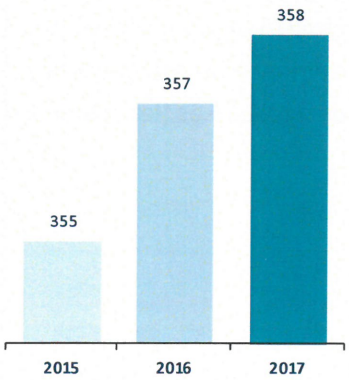
Resultado Líquido do Exercício (€)



Volume de Água Vendida (x1000 m3)



Efluente Tratado (x1000 m3)



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Foi com grande satisfação e orgulho pelos serviços prestados que no ano 2017 celebramos o vigésimo aniversário ao serviço dos munícipes de Trancoso, trata-se de uma história de reconhecido sucesso, que nos permite encarar o futuro com uma perspetiva de esperança, sempre na melhoria contínua dos serviços prestados aos nossos clientes.

O ano de 2017 foi atípico no que diz respeito à precipitação registada, os níveis estiveram abaixo do normal e o período de seca estendeu-se praticamente até dezembro, várias regiões do País registaram níveis de seca severa ou extrema, este enquadramento contribuiu para um aumento dos níveis de água faturada. No ano de 2017 a Águas da Teja registou também um ligeiro aumento de clientes, o que é sempre um indicador positivo para a empresa e para o Município.

No ano de 2017 a Águas da Teja manteve a sua tendência de constante melhoria do serviço e das infraestruturas a seu cargo. As perdas de água registaram um mínimo histórico de 14,1%, em grande parte devido a campanhas de colocação de válvulas de seccionamento e à deteção e reparação ativa de fugas de água.

A empresa gerou, no ano de 2017, um Resultado Líquido positivo de 77.657 euros, que compara com 50.066 euros face ao ano anterior.

Quanto aos Resultados Transitados, a Águas da Teja ainda está muito longe de atingir valores positivos, embora os resultados dos últimos anos tenham sido positivos, no ano de 2006 registavam-se Resultados Transitados negativos de 1.959.530 euros, sendo o seu valor a 31 de dezembro de 2017 de 609.648 euros negativos.

Para 2018 é ainda nosso objetivo a implementação da revisão ao Contrato de Concessão, que permitirá a execução de obras importantes para a manutenção e melhoria dos indicadores operacionais, bem como a adaptação do contrato ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, nos termos do Decreto-Lei nº 197/2009, de 20 de agosto e às Recomendações Tarifárias da ERSAR.

O Presidente do Conselho de Administração

Paulo Jorge Almeida Oliveira

ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Teja é uma empresa com um capital de 875.000 euros detido a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

- **Mesa da Assembleia Geral:**
  Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;
  Dr.ª Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa – Secretária.

- **Conselho de Administração:**
  Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;
  Dr. José António Ferreira dos Santos – Vogal;
  Eng. António Gonçalves Maltez – Vogal.

- **Órgão de Fiscalização:**
  Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.
  Suplente do Fiscal Único: Dr. Luis Miguel Gonçalves Rosado

BREVE HISTORIAL

A Águas da Teja foi constituída em 1997. A empresa tem por Missão a exploração em regime de concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso.

O Contrato de Concessão foi assinado a 17 julho de 1997, em regime de concessão exclusiva por 25 anos.

A empresa **Águas da Teja S.A.** foi constituída em 24 de Abril de 1997 com um capital de 875.000€ detido, na sua totalidade, pela **AQUAPOR**, em resultado da adjudicação do concurso público internacional para a: "Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso", tendo o contrato de concessão sido assinado em 17 de Julho de 1997, por um período de 25 anos.

Municípios Abrangidos

Trancoso

População Abrangida

9878 habitantes

Taxa de Atendimento

93,16% da população

Principais Infraestruturas

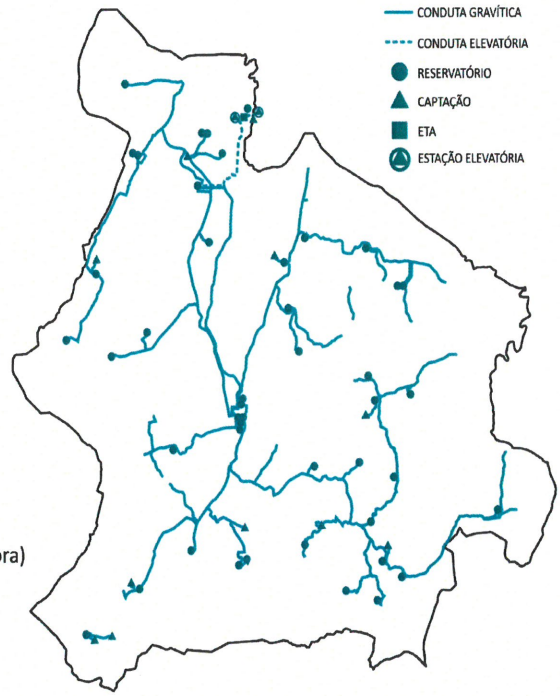
8 Captações próprias

1 Estação de Tratamento de Água (240 m³/hora)

3 Estação Elevatória

37 Reservatórios (10.129m³)

548 km de rede.



MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

VISÃO

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

VALORES

A Águas da Teja pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo Aquapor - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;
- Estabilidade.

ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

Em 2017, a economia portuguesa cresceu mais que o conjunto dos países da região do euro, o que já não acontecia desde 1999. Sendo os principais motores de crescimento, as exportações, o consumo das famílias e o investimento.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos e continuam negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.013p.p e 0.042p.p. respetivamente.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2015	2016	**2017**
Euribor 1M	-0,23%	-0,37%	-0,37%
Euribor 3M	-0,13%	-0,32%	-0,33%
Euribor 6M	-0,04%	-0,22%	-0,26%
Euribor 12M	0,06%	-0,08%	-0,15%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** apresentou um crescimento superior a 20% face ao ano anterior, interrompendo a tendência descendente observada no período 2013-2016. O preço do petróleo em média em 2017 situou-se em 48.2Euros/Barril.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.

Portugal

Em 2017, o **Índice de Preços no Consumidor** (IPC) registou uma variação média anual de 1.4%, o que representa um aumento de 0.8p.p face aos valores de 2016.
A taxa de variação média anual **do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor** (IHPC) situou-se em 1.6%, (aumento de 1.0p.p. face ao ano de 2016).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2015	2016	2017
PIB	1,6%	1,5%	2,7%
IPC	0,5%	0,6%	1,4%
IHPC	0,5%	0,6%	1,6%
Desemprego	12,4%	11,1%	8,9%
Consumo Privado*	2,6%	2,1%	2,2%
Consumo Público*	0,8%	0,6%	0,1%
Exportações*	6,1%	4,1%	7,7%
Importações*	8,2%	4,1%	7,5%

Fonte: Banco de Portugal e INE
* Dados Dezembro de 2017

A taxa média de **desemprego** em 2017 ascendeu a 8.9%, menos 2.2p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2015	2016	2017
Média Tensão	161	165	167
Baixa Tensão Especial	175	180	182
Baixa Tensão Normal	146	150	152

Fonte: ERSE;

Em 2017, o PIB registou um aumento de 2,7%, continuando a economia portuguesa a apresentar um perfil de crescimento já iniciado em 2013. Para esta evolução contribuiu o aumento do investimento e das exportações de bens e serviços, com destaque para o setor do turismo e do consumo privado, pela recuperação do mercado de trabalho, com um crescimento do emprego.

A tendência favorável da procura externa dirigida à economia portuguesa; a esperada manutenção das taxas de juro em níveis muito reduzidos, embora em ascensão; preços do petróleo acima de mínimos recentes, mas com evolução que se espera contida, sustentará o maior dinamismo da economia portuguesa projetado para os próximos anos.

ENQUADRAMENTO DO SETOR 2017

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 432 entidades gestoras, das quais 269 com atividade de abastecimento público de água, em "alta" e "baixa", excluindo-se cerca de 61 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 266 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 279 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caraterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2017), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.
No panorama dos serviços de abastecimento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter a única concessão multimunicipal atribuída no setor.

No saneamento em "alta", o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.
Nos serviços de saneamento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter uma das duas concessões municipais atribuída no setor.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	5	5	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
TOTAL	**11**	**9**	**23**

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Na vertente da "baixa", existem em Portugal, 319 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em "baixa", os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes e 183 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em "baixa", os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	1
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	17
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	61	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	18	7
Serviços Municipais	183	191	229
TOTAL	**319**	**257**	**256**

Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento em baixa, entre as 29 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 40,53% em termos do número de alojamentos servidos por concessões:

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m^3)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	10	394	53.919	17,5%
Concessões Municipais	29	973	111.621	22,07%
País	258	5.594	810.731	39,55%

No que se refere à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em "baixa", de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2017), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediamente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%
Área mediamente urbana	95%
Área predominantemente rural	92%

Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	97%
Área mediamente urbana	81%
Área predominantemente rural	70%

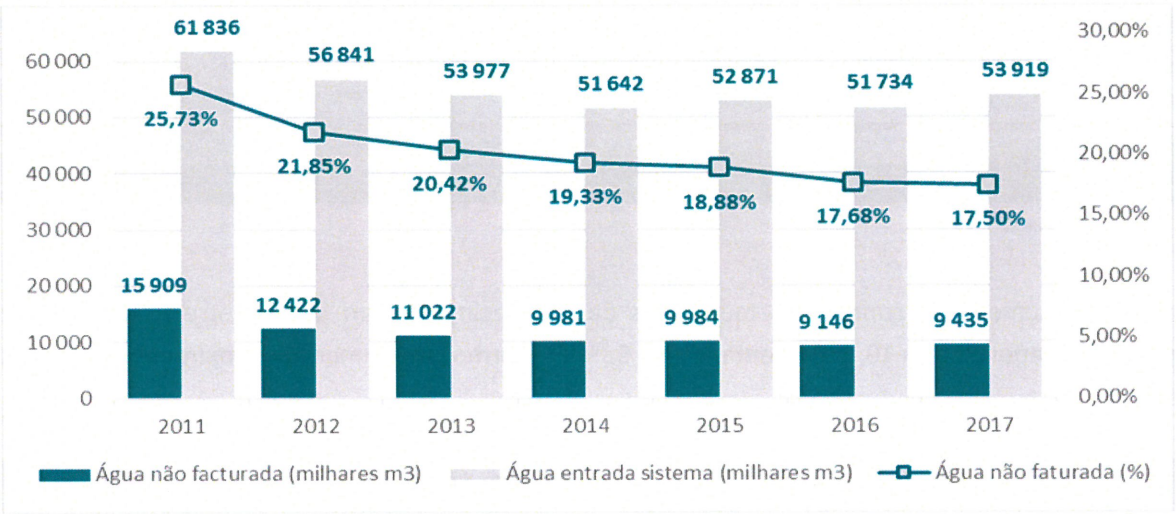
Fonte: ERSAR, RASARP, 2017

Quanto a **água não faturada**, segundo o RASARP 2017, a média continental foi de 29,76%, enquanto que a média do Grupo Aquapor foi de 17,5%. O gráfico seguinte compara as perdas de água da Aquapor com os valores registados no panorama Nacional e nas restantes concessões municipais.

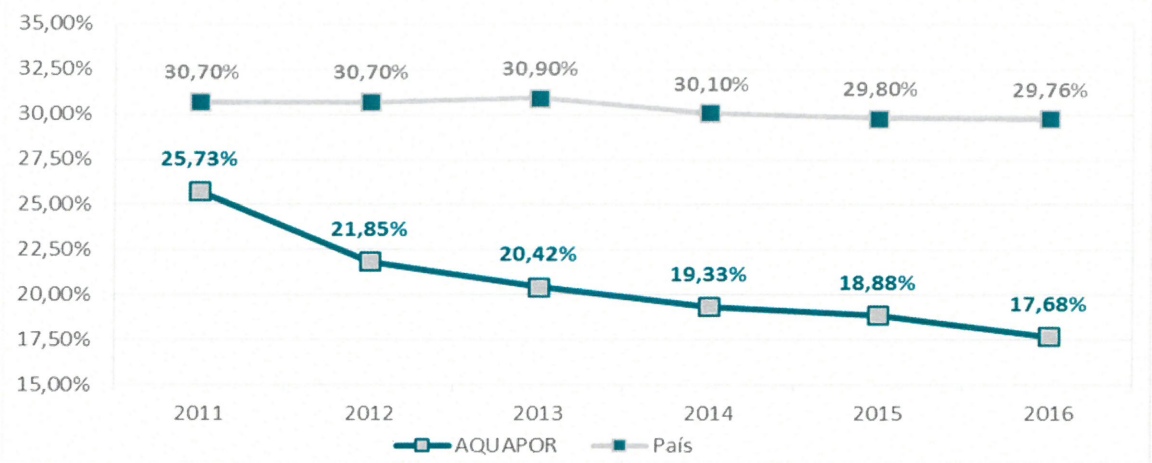
A tabela seguinte reflete a evolução da Aquapor ao longo dos últimos anos, sendo evidente a diminuição da água não faturada, que tem vindo a ser continuadamente registada:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 919
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 435
Água não faturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,50%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407

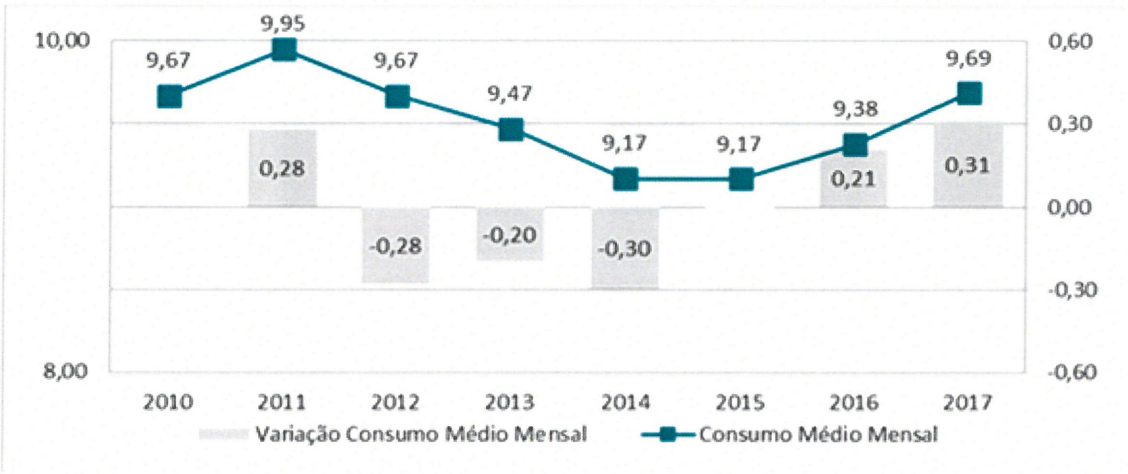
(*) Valores em milhares m³



Comparando a evolução da água não faturada com a média do País dos últimos anos (dados de 2016 não disponíveis):



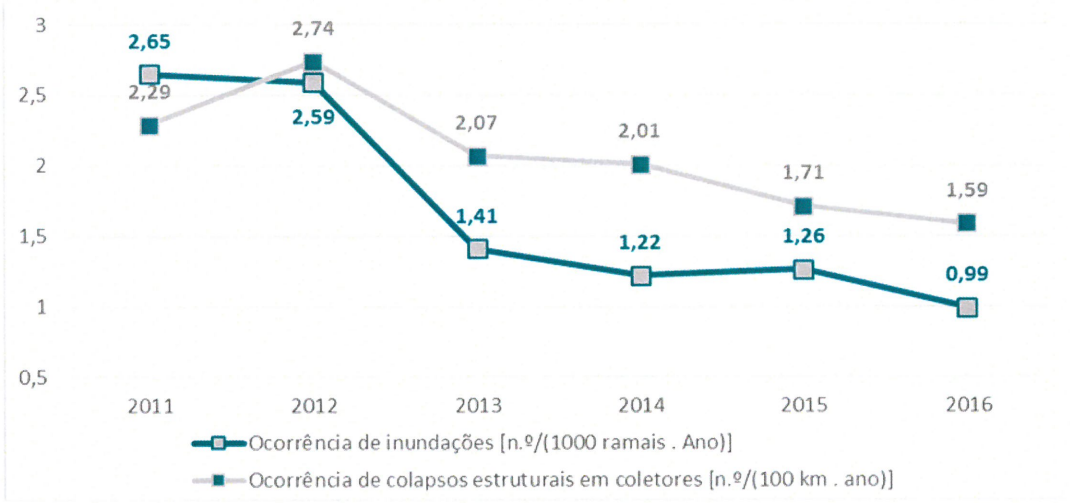
Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um acréscimo de 0,31 m^3/Cliente/mês, situando-se em 9,69 m^3/Cliente/mês:

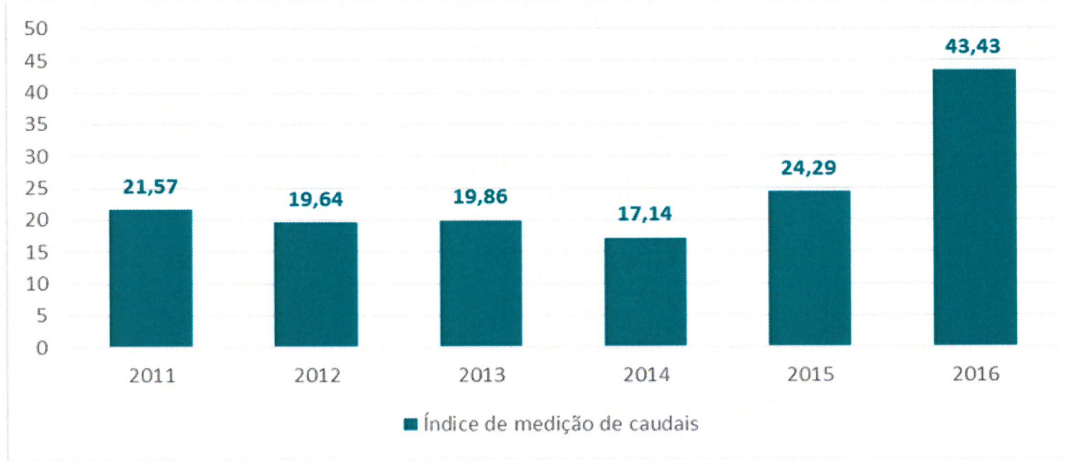


Na vertente de águas residuais, o Grupo Aquapor tem realizado um investimento considerável a diversos níveis, desde a reabilitação e renovação de infraestruturas, passando pela criação e aquisição de equipamentos e ferramentas de suporte e gestão, até à valorização de competências e conhecimento dos seus técnicos. Este esforço é traduzido pela melhoria de alguns indicadores da atividade, entre os quais:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ocorrência de inundações [n.º/(1000 ramais . Ano)]	2,65	2,59	1,41	1,22	1,26	0,99
Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 km . ano)]	2,29	2,74	2,07	2,01	1,71	1,59
Controlo de descargas de emergência (%)	63,0%	44,6%	47,7%	47,9%	51,0%	68,0%
Índice de medição de caudais	21,57	19,64	19,86	17,14	24,29	43,43

Dados de 2017 não disponíveis





ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Teja é Concessionária por um período de 25 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Trancoso que abrange uma área geográfica de 366 Km2.

É uma Concessão Municipal, operando em toda a cadeia de valor, ou seja, na distribuição de água e no saneamento de águas residuais, em "alta" e em "baixa".

Residem na área abrangida cerca de 9.878 habitantes, com grande dispersão geográfica, razão pela qual temos ainda várias origens de água. O sistema principal a partir do qual abastecemos já cerca de 93,59% dos consumidores é composto por uma Albufeira na Ribeira da Teja, Estação de Tratamento de Água, Estação Elevatória, Adutora e Reservatórios.

Independentemente, do grau de pluviosidade, nos últimos anos o nível da água na albufeira mantém-se na sua cota máxima, permitindo assim regularidade na quantidade e qualidade de água a abastecer mesmo nos períodos mais quentes e secos.

A implantação comercial e industrial é baixa, tem um peso de 6,1% no número de contratos de fornecimento de água e 9,1% no volume de água vendida, deste modo, os clientes são maioritariamente do tipo doméstico.

Verificam-se grandes flutuações populacionais ao longo do ano, de tal forma que os consumos médios no tipo doméstico verificados são muito baixos, cerca de 4,4m^3 por mês.

Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso, está regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão do sistema de abastecimento de água do concelho de Trancoso estabelecido com a Câmara Municipal de Trancoso em 17 de julho de 1997, com a duração de 25 anos.
  - O Tarifário do Sistema de Abastecimento de Água é revisto com uma periodicidade anual e contempla no seu cálculo a evolução dos índices de mão-de-obra, índices oficiais de preço de consumidores, excluindo habitação para o distrito da Guarda, índices de energia referentes, respetivamente, ao mês em que se efetuou a sua revisão e ao mês da proposta. O tarifário entra em vigor após a aprovação do mesmo pela Câmara Municipal de Trancoso;
  - O Regulamento do Serviço de Distribuição de Água do Concelho de Trancoso estabelece e define as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial de água na área de intervenção da Águas da Teja. Este regulamento pretende dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão em termos de definição das relações contratuais entre a empresa e os utentes.

- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR; entidade reguladora da atividade do abastecimento público de água às populações. Anualmente a Concessionária é alvo de auditoria por parte do Regulador. Com uma periodicidade anual a Águas da Teja enquanto entidade Gestora tem como responsabilidade, submeter à aprovação desta entidade o plano de controlo da qualidade da água para o ano seguinte para aprovação e procedem ao preenchimento da base de dados "Avaliação de Desempenho Entidades Gestoras".

- Administração da Região Hidrográfica do Centro e Norte no âmbito do licenciamento de descargas dos sistemas de Tratamento de Águas Residuais e licenciamento e concessões das captações de água para abastecimento.

RECURSOS HUMANOS

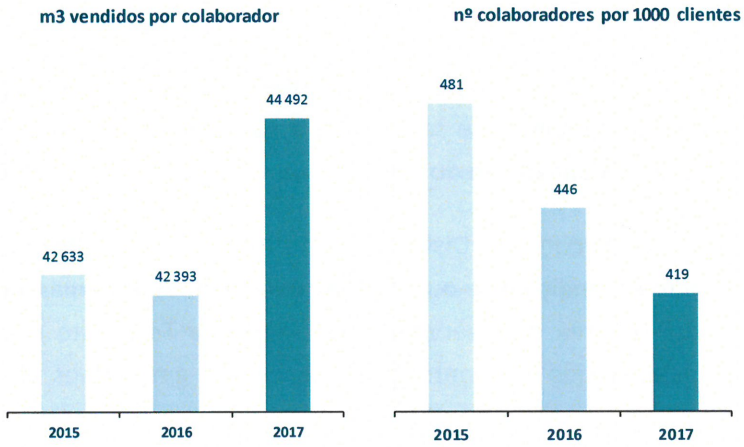
Em 31 de Dezembro de 2017 a empresa tinha 14 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Colaboradores

	2015	2016	2017	Var. %
Contrato sem Termo	10	10	11	10%
Contrato Termo Certo	3	4	4	0%
Total	**13**	**14**	**15**	**7%**

O número de colaboradores aumentou em relação ao ano anterior, registando-se três admissões e duas saídas.

Em termos de eficiência dos recursos verifica-se de 2016 para 2017, uma evolução positiva ao nível dos m3 vendidos por nº de colaborador e o rácio nº de colaboradores por cada 1000 clientes a crescer.



REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, pelo menos, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Presidente do CA.

As regras definidas pela AQUAPOR, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2017

FACTOS RELEVANTES

Durante o ano de 2017 a Águas da Teja deu continuidade ao desenvolvimento dos estudos de engenharia com vista à melhoria dos sistemas de tratamento das águas residuais para a identificação de intervenções prioritárias e urgentes de forma a permitir à Concedente lançar as obras necessárias à modernização em algumas das instalações que apresentam problemas crónicos.

Em 2017, com grande satisfação e orgulho pelos serviços prestados nas suas vertentes de atuação, água consumo e saneamento, que celebramos o 20 vigésimo aniversário ao serviço dos munícipes de Trancoso. Com o conhecimento, com provas dadas, revemos o presente e projetamos o futuro de uma forma eficiente e promissora.

DESEMPENHO DA EMPRESA

Exploração do Sistema

A Estação de Tratamento de Água manteve um nível de produção de água estável quer em termos de quantidade quer em qualidade de água produzida, contribuindo para que não se tenham verificado descontinuidades no fornecimento às populações abastecidas por este sistema.

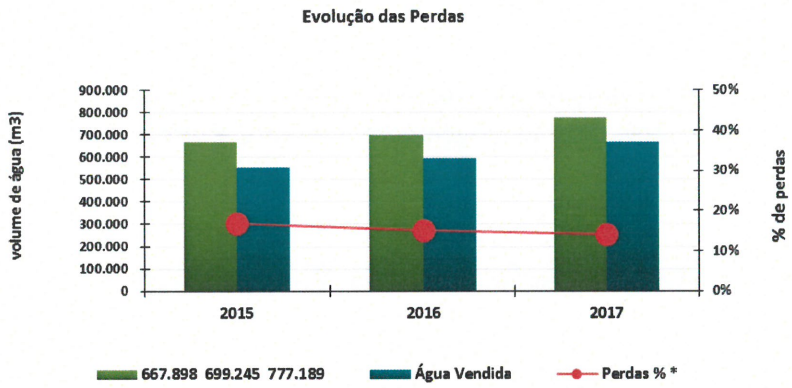
Procedemos a limpeza das condutas adutoras com a técnica dos Polly Pigs: ETA – R1, R1 - R24 (Trancoso); - R24 - Vila Franca das Naves; Trancoso – Fiães e Fiães - Freches.

Foi dada continuidade à campanha para redução das perdas técnicas e comerciais.

As perdas baixam 1% para 14,1% devido a intensa procura ativa de roturas na rede, e a rápida resolução das mesmas.

Volume de Água (m3)	2015	2016	2017	Variação 2016/17
Água Produzida	667.898	699.245	777.189	11,1%
Água Vendida	554.232	593.502	667.382	12,4%
Perdas % *	**17,0%**	**15,1%**	**14,1%**	**-6,6%**

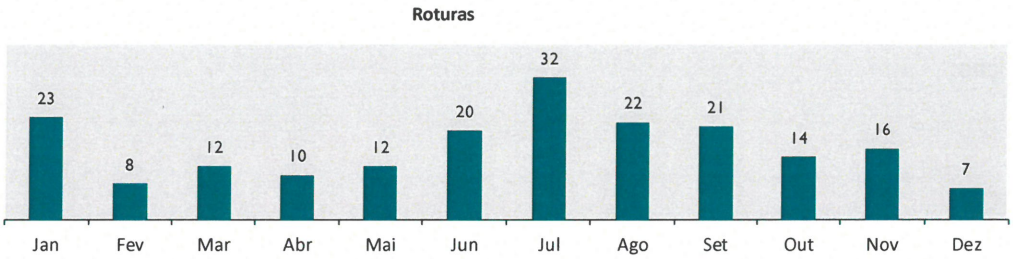
* inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional



Manutenção do Sistema

Todas as atividades de manutenção dos sistemas foram asseguradas.
Em 2017 o n.º de roturas foi de 197, o que representa um aumento de 51,5 % face a 2016, este aumento significativo deve-se em grande parte idade das condutas e aos materiais utilizados. Salientamos como principais localidades com elevado nº de roturas devido a idade das condutas, Trancoso, Moimentinha, Moreira de Rei, Vale do Seixo e Vila Franca das Naves.

Roturas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Total	23	8	12	10	12	20	32	22	21	14	16	7	197



Sistema de Controlo de Qualidade

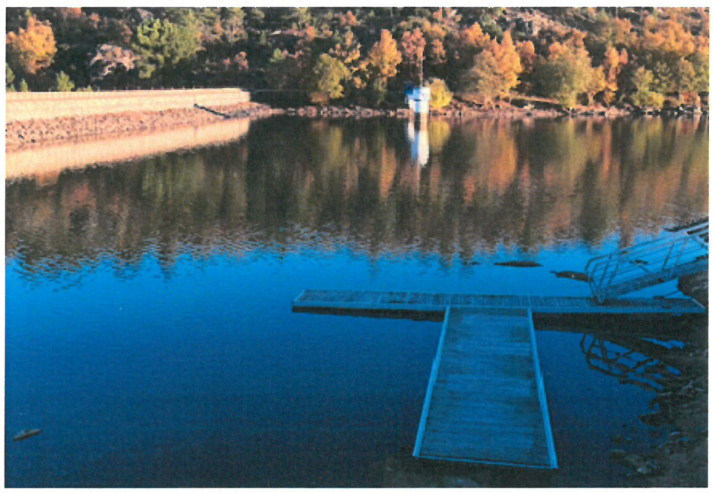
Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n. º306/2007).

Foram efetuadas 40 análises R1, 12 R2 e 8 I a que correspondem 503 determinações nos diversos parâmetros.

Para controlo da qualidade de água da Albufeira da Teja foram realizadas análises nos meses de março a dezembro, duas na captação, uma à entrada e outra à saída da ETA.
Devido a vaga de calor, verificaram-se alterações na qualidade da água com o aparecimento da algas, o que levou a necessidade de efetuar análises de quantificação de Fitoplâncton no período compreendido entre Janeiro e Outubro.
Realizamos em média 3 análises mensais aos 38 parâmetros o que perfaz um total ano de 1.653, que correspondem a um valor 6.328€.

Efetuamos na ETA-Terrenho a substituição do carvão ativado dos seis filtros existentes de forma a podermos garantir a qualidade da água consumo, indo assim ao encontro da satisfação dos consumidores.

Para apoio á recolha de amostras de água para realização de análises e manutenção da torre de captação da albufeira da Teja (ETA), realizamos a construção de um cais flutuante junto da margem.



ÁGUAS RESIDUAIS:

No controlo de águas residuais realizamos análises mensais em Etar`s e Fossas Sépticas num total de 307 análises, que correspondem a 1.249 parâmetros, em função das condições de descarga indicadas nas licenças rejeição.

Área Ambiental

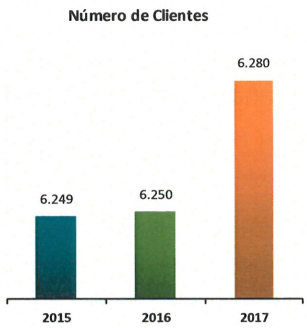
A empresa Águas da Teja, S.A, tem instalado desde de julho de 2011 dois sistemas de produção de energia elétrica através de paneis fotovoltaicos em dois locais da área de concessão, Reservatório R24 em Trancoso e ETAR de Vila Franca das Naves.

Através dos sistemas instalados, a ADTEJA contribui para a redução da emissão de gases com efeito de estufa, evitando assim a produção de mais de 11T CO2 por ano.

Área Comercial

Durante o ano de 2017 aumentou o número de clientes em 30, tal como podemos observar no quadro seguinte, de salientar a entrada da aldeia de Falachos.

Novos Contratos	233
Baixas de Fornecimento	203
Variação no nº de Clientes	30



A Empresa aumentou o número de clientes de saneamento em 33 contratos.

No final do ano de 2017, a empresa tinha um total de 6.280 contratos de abastecimento, contra 5.354 de saneamento.

A Águas da Teja vai continuar a desenvolver ações de fiscalização no sentido de detetar utilizações das redes sem contratos, principalmente os utilizadores das redes de saneamento e que não possuem contrato de abastecimento.

Durante o exercício de 2017 foram executados 16 ramais de água e 13 de saneamento.

Adicionalmente foi dada continuidade à recuperação da dívida.

Com o intuito de um melhor apoio á Área Comercial-Serviços de Leituras, efetuamos a aquisição de 2 Scooter`s, para uma melhor mobilidade e eficácia dos leitores no desempenho das suas funções.

Campanha de Substituição de Contadores Antigos

A campanha visa a substituição de contadores que apresentavam uma idade de instalação superior a 8 anos.

Foram substituídos 331 contadores que permitem ter uma maior fiabilidade na contagem dos consumos. Em 2018, a Águas da Teja vai dar continuidade à substituição de contadores.

Em termos de faturação, a empresa registou um comportamento em que, as vendas de água aumentaram 14%, e a tarifa de disponibilidade registou um aumento de 2%.

Vendas e Prestações de Serviços

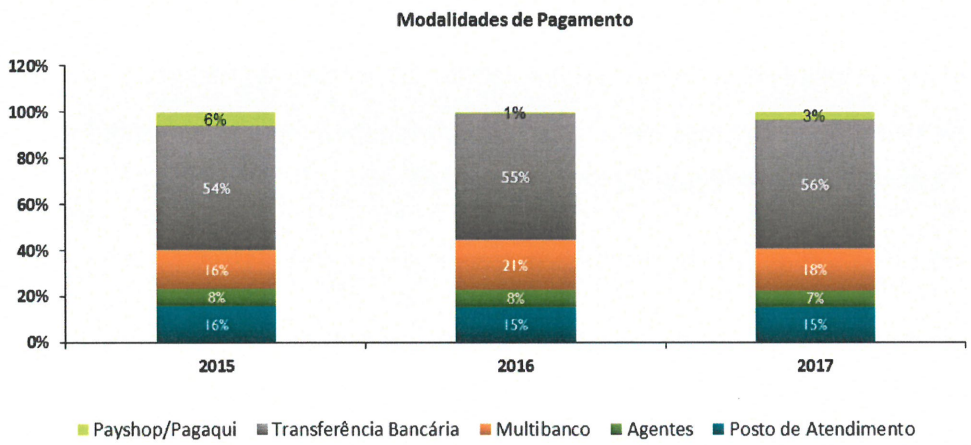
	2015	2016	2017	Var. %
Venda de Água	540 474	556 144	631 905	14%
Taxa de Disponibilidade	421 658	425 532	432 336	2%
Outras Vendas	752	347	502	
Total Vendas de Água + Taxa Disp.	**962 885**	**982 023**	**1 064 742**	**8%**
Ramais Domiciliários (Água)	49 121	21 564	38 861	80%
Ramais Domiciliários (Saneamento)	15 994	17 614	17 509	-1%
Taxa de Saneamento	155 152	156 269	157 932	1%
Obras	6 467	28 502	44 360	56%
Outros Serviços	26 628	39 573	37 105	-6%
Total das Prestações de Serviços	**253 363**	**263 522**	**295 765**	**12%**
Total de Volume de Negócios	**1 216 247**	**1 245 545**	**1 360 508**	**9%**

Os clientes Domésticos têm um peso de 87,3% no conjunto total de contratos existentes, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 6,1%.

O consumo médio anual da Águas da Teja situou-se em 106 m^3. E de realçar que o consumo médio anual da Águas da Teja nos clientes domésticos situou-se em 53 m^3.

Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento verificou-se o seguinte:



A cobrança no posto de atendimento mantem-se nos 15% dos pagamentos totais. A cobrança dos agentes baixou peso do total de pagamentos de 8% para 7%. O payshop/pagaqui subiu de 1% para 3%. Nas restantes modalidades de pagamento verificamos uma diminuição de 21% para 18% dos pagamentos por multibanco, e as transferências bancárias aumentaram um ponto percentual para os 56%.

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa consolidou o modelo estabelecido, atendendo à especificidade da Concessão, em que 6.280 contratos estão distribuídos por uma área territorial de cerca de 366 km2, servidos por:

Infra-Estruturas	Nº
Estação de Tratamento de Água	1
Captações de Água	8
Reservatórios	37
Estações Elevatórias de Abastecimento	3
Estações Elevatórias de Saneamento	6
Estações de Tratamento de Águas Residuais	2
Estações de Tratamento de Águas Residuais Compactas	6
Fossas Sépticas	23

Relações com o Concedente

A relação com a Câmara Municipal de Trancoso tem sido positiva e diária.

Relações com outros interessados no desempenho da Sociedade

Nas relações com a comunidade a Aguas da Teja privilegiou o contacto com Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Delegado de Saúde, Agentes de Cobrança.

ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

Nota Introdutória

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela empresa Águas da Teja, S.A., no exercício de 2017, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa gerou, no ano de 2017, um Resultado Líquido positivo de 77.657 euros, o que representa um aumento de 27 milhares de euros face ao ano anterior.

Demonstração dos Resultados *(em euros)*

	2015	2016	2017	Var. %
Vendas	962 885	982 023	1 064 742	8%
Prestações de Serviços	253 362	263 522	295 765	12%
Volume de Negócios	**1 216 247**	**1 245 545**	**1 360 508**	**9%**
CMVMC	22 712	10 164	13 748	35%
Fornecimentos e Serviços Externos	522 363	505 663	540 966	7%
Gastos com o Pessoal	279 835	298 530	315 025	6%
Outros Resultados Operacionais	714	44 694	34 197	-23%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	**392 051**	**475 882**	**524 965**	**10%**
Amortizações	318 446	359 964	404 240	12%
Resultado operacional (RO)	**73 605**	**115 918**	**120 725**	**4%**
Resultados Financeiros	(40 667)	(48 814)	(17 648)	64%
Resultados Antes de Impostos	**32 938**	**67 104**	**103 077**	**54%**
Imposto Sobre o Rendimento	12 421	17 038	25 420	49%
Resultado Líquido do Exercício	**20 517**	**50 066**	**77 657**	**55%**

Demonstração dos Resultados *(em euros)*

	2015	2016	2017	Var. %
EBITDA Ajustado (*Cash-Flow* Operacional)	**375 851**	**470 953**	**516 781**	**10%**
Margem EBITDA Ajustado	**31%**	**38%**	**38%**	**0,2 p.p.**
EBIT (Resultado Operacional)	**73 605**	**115 918**	**120 725**	**4%**
Margem EBIT	**6%**	**9%**	**9%**	**-0,4 p.p.**

EBITDA Ajustado= Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

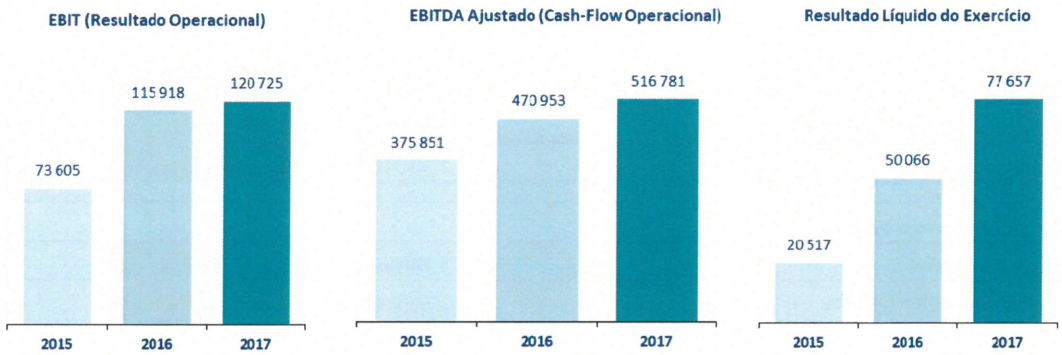
Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj/ Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

No ano de 2017, o volume de negócios da empresa ascendeu a 1.360 milhares de euros, o que representa um incremento de 9%.

Este aumento foi consequência do volume de água vendida num total de 73.880 m3 face a 2016.

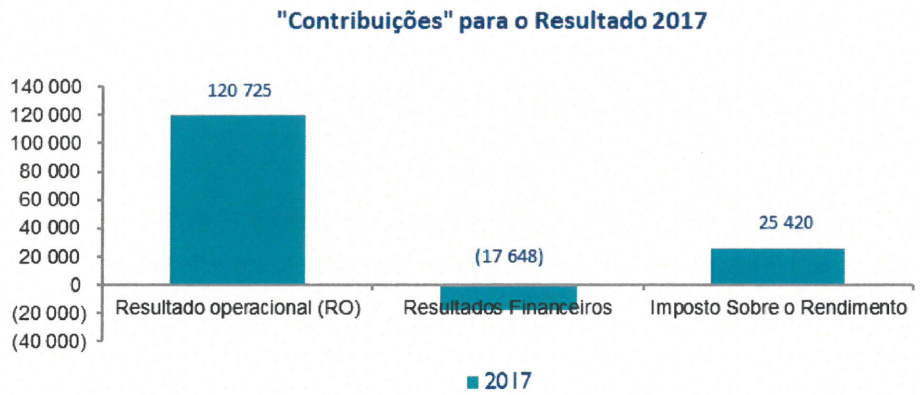
A margem de EBITDA Ajustado cresceu 0,2p.p e a margem EBIT reduziu 0,4 p.p. face aos valores de 2016.



A nível operacional, o EBITDA Ajustado aumentou 10% face ao ano anterior, tendo o resultado operacional um acréscimo de apenas 4%, resultante do aumento das amortizações.

As amortizações do exercício aumentaram 44 milhares de euros como consequência do maior volume de caudal faturado.

O resultado financeiro melhora 64% como consequência da redução de juros associados ao financiamento de medio e longo prazo, pelos reembolsos efetuados em 2017.



ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço *(em euros)*

	2015	2016	2017	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	2 679 749	2 422 071	2 180 759	-10%
Outros	42	202	424	109%
Total dos Ativos não Correntes	**2 679 791**	**2 422 273**	**2 181 183**	**-10%**
Contas a Receber	440 938	436 127	359 293	-18%
Outros	243 734	538 424	841 774	56%
Total dos Ativos Correntes	**684 672**	**974 551**	**1 201 067**	**23%**
Total do Ativo	**3 364 463**	**3 396 824**	**3 382 250**	**-0,4%**
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	**1 749 488**	**1 799 555**	**1 877 212**	**4%**
Financiamentos Obtidos	550 000	708 333	541 667	-24%
Provisões	60 363	53 746	50 819	-5%
Total dos Passivos não Correntes	**610 363**	**762 079**	**592 486**	**-22%**
Financiamentos Obtidos	200 000	166 667	166 667	0%
Contas a Pagar	804 612	668 524	745 885	12%
Total dos Passivos Correntes	**1 004 612**	**835 191**	**912 552**	**9%**
Total do Passivo	**1 614 975**	**1 597 270**	**1 505 038**	**-6%**
Total do Capital Próprio e do Passivo	**3 364 463**	**3 396 824**	**3 382 250**	**-0,4%**

O total do Ativo atingiu 3.39 milhões de euros no final de 2017, o que representa um decréscimo de 0.1% face ao ano anterior.

A redução de 10% dos **Ativos não Correntes**, é justificado pelas amortizações do exercício. O aumento de 24% dos **Ativos Correntes** prende-se essencialmente com o aumento de disponibilidades.

O **Capital Próprio** aumentou pela incorporação do resultado líquido do exercício.

O total do **Passivo** apresenta no final de 2017 o valor de 1.5 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 5% face a 2016.

O **Passivo não corrente** diminui 22% como consequência da amortização de financiamentos de médio e longo prazo. O **Passivo correntes aumenta** 11%, como resultado do aumento da rubrica de fornecedores em 69.964 euros.

INDICADORES

Os indicadores de Rentabilidade aumentam face ao ano anterior, em consequência do aumento do Resultado Líquido.

Os indicadores de Autonomia Financeira e Solvabilidade apresentam um aumento face a 2017, em resultado da diminuição do Ativo e Passivo e aumento do resultado líquido.

Indicadores *(em euros)*

	2015	2016	2017	Var. %
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	1%	3%	4%	49%
Rentabilidade do Ativo (%)	1%	1%	2%	55%
Autonomia Financeira (%)	52%	53%	55%	4%
Solvabilidade (%)	108%	113%	124%	10%

PERSPETIVA PARA O FUTURO

Para o ano de 2018 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

a) Fornecer água em quantidade e com qualidade a toda a área da concessão

Para atingirmos este objetivo foram definidas com a Câmara Municipal, um conjunto de obras a realizar até ao próximo verão:

- Concluir a conduta adutora até á Aldeia de Aldeia Nova, que nos permitirá abastecer a aldeia que tem falta de água no Verão, pelo sistema da ETA e eliminar uma nascente e um Furo isolado;
- Colocação de contadores na localidade de Golfar, com perspetiva de 72 novos contratos de abastecimento.

b) Melhorar rendimentos e a qualidade no abastecimento de água

- Dar continuidade à campanha de substituição de contadores mais antigos;
- Intensificar a procura de fugas de água, quer por roturas, quer por consumos fraudulentos;
- Dar continuidade a limpeza das condutas adutoras;
- Isolar reservatórios;
- Dar continuidade a limpeza e pintura dos reservatórios;
- Colocação de válvulas redutoras de pressão na rede de abastecimento.

c) Proporcionar boa imagem da empresa em toda a área da concessão

Para atingirmos este objetivo foram definidas um conjunto de obras a realizar até ao próximo Verão:

- Pintura, vedação e arranjos exteriores de reservatórios;
- Pintura das caixas de visita e ventosas das condutas adutoras;

SANEAMENTO

- No seguimento do desenvolvimento dos estudos de melhoria dos sistemas de tratamento das águas residuais, a empresa irá continuar a colaborar com a Câmara na identificação de intervenções prioritárias e urgentes por forma a permitir à Concedente lançar novas obras necessárias à modernização em algumas instalações que apresentam problemas crónicos, rececionar as ETAR´s em renovação logo que que possível.

- Limpeza de quatro fossas sépticas que recebem águas residuais de pequenas aldeias e que começam a ficar saturadas.
- Limpeza de coletor de saneamento que começam a ficar saturados com camião de limpeza.
- Pintura, vedação e arranjos exteriores de fossas sépticas, que recebem águas residuais de pequenas aldeias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2017, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Trancoso;
- O Acionista AQUAPOR - Serviços, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os Colaboradores de Águas de Teja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2017;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2017;
- A sociedade não tem sucursais.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2017, no montante de 77.657 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 3.883 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- A importância sobrante, no valor de 73.774 euros para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração

Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira

Dr. José António Ferreira dos Santos

Eng. António Gonçalves Maltez

Trancoso, 16 de março de 2018

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E RESPETIVO ANEXO

Águas da Teja, S.A.
BALANÇO
31 de Dezembro de 2017

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	**8**	81 099	70 238
Ativos Intangíveis	**7**	2 099 660	2 351 833
Outros Investimentos Financeiros		424	202
		2 181 183	2 422 273
Ativo Corrente			
Inventários	**9**	54 989	31 010
Clientes	**13.1**	127 871	216 917
Estado e Outros Entes Públicos	**15.1**	37 612	13 798
Outros Créditos a Receber	**13.2**	193 810	205 412
Diferimentos	**15.2**	987	976
Caixa e Depósitos Bancários	**4**	785 798	506 438
		1 201 067	974 551
Total do Ativo		**3 382 250**	**3 396 824**
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	**13.4**	875 000	875 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	**13.5**	1 523 473	1 523 473
Reservas Legais	**15.3**	10 730	8 227
Resultados Transitados	**15.3**	(609 649)	(657 212)
Resultados Líquidos do Período	**15.3**	77 657	50 066
Total do Capital Próprio		**1 877 212**	**1 799 555**
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	**11**	50 819	53 746
Financiamentos Obtidos	**13.7**	541 667	708 333
		592 486	762 079
Passivo Corrente			
Fornecedores	**13**	182 221	112 257
Estado e Outros Entes Públicos	**15.1**	33 625	24 864
Financiamentos Obtidos	**13.7**	166 667	166 667
Outras Dívidas a Pagar	**13.3**	530 038	531 403
		912 552	835 191
Total do Passivo		**1 505 038**	**1 597 270**
Total do Capital Próprio e Passivo		**3 382 250**	**3 396 824**

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Águas da Teja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	**10**	1 360 508	1 245 545
Trabalhos para a Própria Entidade	**15.10**	17 425	9 750
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	**9**	(13 748)	(10 164)
Fornecimentos e Serviços Externos	**15.4**	(540 966)	(505 663)
Gastos com o Pessoal	**14**	(315 025)	(298 530)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	**13.1**	3 639	(646)
Provisões (Aumentos/Reduções)	**11**	4 546	5 576
Outros Rendimentos	**15.5**	27 161	49 131
Outros Gastos	**15.6**	(18 574)	(19 116)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		**524 965**	**475 882**
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	**15.7**	(404 240)	(359 964)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		**120 725**	**115 918**
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	**15.8**	6 050	5 564
Juros e Gastos Similares Suportados	**15.9**	(23 697)	(54 378)
Resultado antes de Impostos		**103 077**	**67 104**
Impostos sobre o Rendimento do Período	**12**	(25 420)	(17 038)
Resultado Líquido do Período		**77 657**	**50 066**

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Águas da Teja, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Quantias em Euros

Descrição			Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	**1**		**875 000**	**1 523 473**	**7 201**	**(676 702)**	**20 517**	**1 749 488**
APLICAÇÃO DE RESULTADOS								
Constituição da Reserva Legal			-	-	1 026	(1 026)	-	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados			-	-	-	20 517	(20 517)	-
	2		-	-	1 026	19 491	(20 517)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
	3		-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**3**		-	-	-	-	50 066	50 066
RESULTADO INTEGRAL	**5=3+4**		-	-	-	-	50 066	50 066
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO			-	-	-	-	-	-
	6		-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016		**6=1+2+3**	875 000	1 523 473	8 227	(657 212)	50 066	1 799 555
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	**6**		875 000	1 523 473	8 227	(657 212)	50 066	1 799 555
APLICAÇÃO DE RESULTADOS								
Constituição da Reserva Legal			-	-	2 503	(2 503)	-	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados			-	-	-	50 066	(50 066)	-
	7		-	-	2 503	47 563	(50 066)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
	8		-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**8**		-	-	-	-	77 657	77 657
RESULTADO INTEGRAL	**10=8+9**		-	-	-	-	77 657	77 657
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO			-	-	-	-	-	-
	11		-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	**9=6+7+8**		875 000	1 523 473	10 730	(609 649)	77 657	1 877 212

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Águas da Teja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

		Quantias em Euros
	31/12/2017	**31/12/2016**
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	1 746 294	1 387 121
Pagamentos a Fornecedores	(663 124)	(782 192)
Pagamentos ao Pessoal	(304 668)	(266 987)
Caixa gerada pelas operações	778 501	337 942
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(16 976)	(12 393)
Outros recebimentos / pagamentos	(157 904)	(87 609)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)	**603 621**	**237 939**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(34 164)	(6 578)
Ativos Intangíveis	(105 121)	(18 585)
	(139 285)	**(25 163)**
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	308	184
	308	**184**
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	**(138 977)**	**(24 979)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	1 000 000
	-	**1 000 000**
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(166 667)	(875 000)
Juros e gastos similares	(18 618)	(43 762)
	(185 285)	**(918 762)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	**(185 285)**	**81 238**
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	**279 359**	**294 198**
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	506 438	212 240
Caixa e seus equivalentes no fim do período	785 798	506 438

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Águas da Teja, S.A.
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

ANEXO
(Quantias estão expressas em Euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Entidade

A Águas da Teja, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 24 de abril de 1997, e tem como objeto social a exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Trancoso, em regime de exclusividade.
A empresa tem a sua sede na Av. das Comunidades Europeias – Zona Industrial – Trancoso, Portugal.
A Águas da Teja é detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

Atividade Concessionada

Em 17 de julho de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal de Trancoso e a Águas da Teja, S.A., pelo prazo de 25 anos e mediante uma renda total de 1.384.164 Euros.
O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia da celebração do contrato e após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Teja, S.A..

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.
No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.
Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor fixo de 55.367 Euros em cada ano (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Por força do mesmo contrato, a sociedade Águas da Teja, S.A. ficou obrigada a transferir para a Câmara Municipal de Trancoso a importância de 1.496.394 euros para a concretização de determinados investimentos designados no caderno de encargos por ETARs e Redes de Esgotos.

Em 3 dezembro de 2008 foi estabelecida, entre a Águas da Teja, S.A. e a Câmara Municipal de Trancoso, uma Adenda ao Contrato de Concessão, por via da qual a renda devida pela utilização das instalações deixou de ser devida. Com efeitos desta adenda, a sociedade Águas da Teja, S.A. passou também a assumir a responsabilidade pela realização de alguns investimentos que estavam previstos serem realizados pela concedente, no valor de 823.100 Euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.
Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.
Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.
As demonstrações financeiras de 2017 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.
No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela
Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.
Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.
Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.
As depreciações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta.
As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2017	2016
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.
Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.
O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.
Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.
Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.
Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.
Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.
Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

- Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:
- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.
Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água). Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.
As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2017	2016
Direito de Concessão	20,18%	15,83%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	20,18%	15,83%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.
Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um Ativo Intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.
Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Direitos de Concessão Relacionados com a Atividade Concessionada

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.
As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.
Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.
Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.
As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.
A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.
O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.
A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21% sobre o Lucro Tributável (no Município de Trancoso a Derrama é de 0%). Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,5%.
Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.
O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.
Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.
Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.
No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.
A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os Ativos Financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.
Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(e.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.
A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.2) Outros Créditos a Receber

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:
A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.
Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.
No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(i.1) Provisões para Investimentos de Substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(j) Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

(j.1) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

(j.2) Outras Dívidas a Pagar

As outras dividas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;
- Pessoal;

e encontram-se valorizadas ao custo.

(l) Efeito das Alterações das Taxas de Câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.
Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.
Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.
Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.
Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.
Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

(m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(m.2) Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "Outras Contas a Pagar".

(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Juros e Gastos Similares Suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

(p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
    - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
    - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(q) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.1 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.
Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.2 Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.
Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.
O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.
O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.
A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das Contas a Receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.
As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2017	2016
Caixa	813	50
Depósitos à Ordem	484 984	506 388
Depósitos a Prazo	300 000	-
	785 798	**506 438**

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
Aquapor Serviços	Gestão de Participações	Lisboa
Águas do Lena	Distribuição de Água	Município da Batalha
Luságua Serviços Ambientais	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Teja, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

	Natureza do Relacionamento	
Parte relacionada	**Serviços que a Águas do Teja presta / Transações que faz**	**Serviços que a Águas do Teja recebe / Transações que recebe**
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamentos, honorários de administrativos.
Águas do Lena	-	*Aquisição de equipamento*
Luságua Serviços Ambientais	Refaturação de obras de construção civil.	Análises de Laboratório e Trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviços	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Seviços	*2017*	-	146 270	-	44 471	-
	2016	-	139 378	-	18 886	-
Luságua Ambiente	*2017*	1 805	10 829	1 805	3 267	-
	2016	-	15 191	-	2 751	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se descriminadas no quadro seguinte:

	2017	2016
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	78 232	78 067
Total de remunerações	**78 232**	**78 067**

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:				
1 de Janeiro de 2016	4 280 380	90 072	463 967	4 834 419
Aquisições	30 814	-	69 823	100 637
Transferências	60 165	-	(60 165)	-
Abates	(9 540)	-	-	(9 540)
31 de Dezembro de 2016	4 361 819	90 072	473 625	4 925 516
Aquisições	127 701	-	2 950	130 651
Transferências	-	-	-	-
Abates	(4 011)	-	-	(4 011)
31 de Dezembro de 2017	**4 485 509**	**90 072**	**476 575**	**5 052 156**

	Direitos de Concessão	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:				
1 de Janeiro de 2016	2 173 061	64 693	-	2 237 753
Amortizações	336 950	4 018	-	340 968
Abates	(5 037)	-	-	(5 037)
31 de Dezembro de 2016	2 504 973	68 710	-	2 573 683
Amortizações	376 943	4 311	-	381 254
Abates	(2 441)	-	-	(2 441)
31 de Dezembro de 2017	**2 879 475**	**73 021**	**-**	**2 952 496**
Valor líquido contabilístico:				
A 31 de Dezembro de 2017	**1 606 034**	**17 051**	**476 575**	**2 099 660**
A 31 de Dezembro de 2016	**1 856 846**	**21 362**	**473 625**	**2 351 833**
A 1 de Janeiro de 2016	**2 107 319**	**25 379**	**463 967**	**2 596 666**

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Câmara Municipal de Trancoso'.

8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Custo:						
1 de Janeiro de 2016	77 245	47 018	46 825	61 617	86 817	319 523
Aumentos	-	1 840	-	3 851	460	6 151
Transferências	-	-	-	-	(2 615)	(2 615)
31 de Dezembro de 2016	77 245	48 858	46 825	65 468	84 662	323 059
Aumentos		13 315	5 390	11 705	3 437	33 848
Abates	-	-	-	(10 228)	(600)	(10 828)
31 de Dezembro de 2017	**77 245**	**62 173**	**52 215**	**66 946**	**87 499**	**346 079**

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Depreciações e Imparidade:						
1 de Janeiro de 2016	33 403	41 392	46 825	42 830	71 990	236 440
Depreciações	8 134	1 550	-	5 073	4 238	18 996
Abates		(179)			(2 436)	(2 615)
31 de Dezembro de 2016	41 537	42 763	46 825	47 903	73 793	252 821
Depreciações	8 134	4 363	561	6 422	3 506	22 986
Abates				(10 228)	(600)	(10 828)
31 de Dezembro de 2017	**49 671**	**47 126**	**47 386**	**44 098**	**76 699**	**264 980**
Valor líquido contabilístico:						
A 31 de Dezembro de 2017	**27 574**	**15 047**	**4 829**	**22 848**	**10 800**	**81 099**
A 31 de Dezembro de 2016	**35 708**	**6 095**	**-**	**17 565**	**10 869**	**70 238**
A 1 de Janeiro de 2016	**43 842**	**5 626**	**-**	**18 787**	**14 827**	**83 083**

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2017	2016
Contratos de aluguer de viaturas	33 355	45 678
	33 355	**45 678**

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2017	2016
	Valor Presente	**Valor Presente**
Não mais de um ano	21 760	26 320
Mais de um ano	11 594	19 357
Total dos Pagamentos	**33 355**	**45 678**

9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2017	2016
Matérias primas, Subs. e de Consumo	54 989	31 010
	54 989	**31 010**

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2016	30 523
Compras	10 652
Existências em 31 de Dezembro de 2016	(31 010)
	10 164
Existências em 1 de Janeiro de 2017	31 010
Compras	37 727
Existências em 31 de Dezembro de 2017	(54 989)
	13 748

10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2017	2016
Vendas		
Mercadorias	502	347
Água	631 905	556 144
Quota Serviços Água	432 336	425 532
	1 064 742	**982 023**
Prestações de Serviços		
Conservação Contadores/Ramais Água	34 480	13 528
Abertura Ramais Água	4 381	8 036
Obras	44 360	28 502
Venda de Saneamento	157 932	156 269
Outros	54 614	57 187
	295 765	**263 522**
	1 360 508	**1 245 545**

A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água e Ramais de Saneamento, Instalação de Contadores, Reparações Domiciliárias, Conservação de Contadores / Ramais de Saneamento e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimentos de Substituição
A 1 de Janeiro de 2016	60 363
Reversões do ano	(5 576)
Custo financeiro	(1 041)
A 31 de Dezembro de 2016	**53 746**
A 1 de Janeiro de 2017	53 746
Reversões do ano	(4 546)
Custo financeiro	1 620
A 31 de Dezembro de 2017	**50 820**

12. Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Imposto Corrente		
IRC do ano	25 420	17 038
	25 420	**17 038**

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes de impostos	103 077	67 104		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	21 646	14 092	21,00%	21,00%
Proveitos não tributáveis				
Menos Valias Fiscais	-	4 944		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	4 546	5 576		
Benefícios fiscais	-	50		
	4 546	10 568	(6,43%)	(8,81%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	862	-		
Menos Valias Contabilísticas	-	4 502		
Provisões para além limites legais	5 931	4 018		
	6 792	8 519	(6,88%)	(8,17%)
Lucro tributável	105 323	65 055		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	22 118	13 662	21,46%	20,36%
Tributação autónoma	3 302	3 376	3,20%	5,03%
Imposto sobre o rendimento	**25 420**	**17 038**	**24,66%**	**25,39%**

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2017	2016
Corrente		
Clientes		
Valor Bruto	147 108	239 792
Imparidade	(19 237)	(22 876)
	127 871	216 917
Outros créditos a receber	193 810	205 412
	321 681	**422 329**

Instrumentos Financeiros Passivos	2017	2016
Não corrente		
Financiamentos obtidos	541 667	708 333
	541 667	**708 333**
Corrente		
Fornecedores		
Nacionais	134 483	90 621
Outras partes relacionadas	47 738	21 636
	182 221	**112 257**
Financiamentos obtidos	166 667	166 667
Outras dívidas a pagar	541 978	531 403
	890 867	**810 327**

Instrumentos de Capital	2017	2016
Capital Subscrito	875 000	875 000
Outros instrumentos de capital	1 523 473	1 523 473
	2 398 473	**2 398 473**

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2017	147 108	109 391	9 190	12 174	-	124	16 228
Ano 2016	239 792	154 561	2 795	1 397	(479)	1 982	79 536

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2017				
Clientes	22 876	-	(3 639)	19 237
	22 876	**-**	**(3 639)**	**19 237**
Exercício de 2016				
Clientes	22 229	823	(177)	22 876
	22 229	**823**	**(177)**	**22 876**

13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Outros créditos a receber - correntes		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros Depósitos à Ordem	98	-
Venda de Água	54 268	49 631
Saneamento	11 710	10 845
Outros	127 725	144 959
Devedores diversos	9	(23)
	193 810	**205 412**

O saldo da rubrica 'Outros' é na sua totalidade referente a obras em curso ainda não faturadas ao Município de Trancoso. As mesmas, por acordo das partes, apenas são debitadas após a sua conclusão.

13.3 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Outras dívidas a pagar - correntes		
Fornecedores de investimento	37 928	62 705
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	38 350	36 550
Seguros		294
Juros a Liquidar	2 375	2 432
Fornecimentos e serviços por faturar	7 498	3 307
Diversos	10 430	11 331
Outros credores		
Diversos	442 267	410 494
Adiantamentos ao pessoal	3 130	4 290
	541 978	**531 403**

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Diversos' incluí Taxas Municipais de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) a entregar ao Município de Trancoso, conforme respetivo contrato de Concessão.

13.4 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2017	2016
Capital social nominal emitido	875 000	875 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	875 000	875 000
	875 000	875 000

O capital social emitido é composto por 175.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2017	2016
Outros instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	1 523 473	1 523 473
	1 523 473	**1 523 473**

13.6 Compromissos Financeiros não Incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2017:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
97/189/44740	BPI	415.249		Câmara Municipal de Trancoso	Gestão da concessão
98/189/50467	BPI	2.500	Cartões Galp frota	Petrogal	Cartões Galp frota

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento Mútuo com a Caixa Geral de Depósitos uma Garantia de 500.000 euros em que as entidades garantes são a Lisgarante, Norgarante e Garval.
Decorrente do contrato de concessão com a Câmara Municipal de Trancoso, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, os quais se mantiveram inalterados no corrente exercício, ascendendo os mesmos a cerca de 159.299 Euros.

13.7 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2017	2016
Não correntes		
Empréstimos bancários		
Banco Popular	541 667	708 333
	541 667	**708 333**
Correntes		
Empréstimos bancários		
Banco Popular	166 667	166 667
	166 667	**166 667**

13.8 Riscos Relativos a Instrumentos Financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.
No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
  - Risco de crédito
  - Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.
A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

<u>Risco de taxa de juro</u>
O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	63 907	63 187
Remunerações do Pessoal	181 680	170 149
Encargos sobre Remunerações	52 628	50 311
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	3 114	2 784
Gastos de ação social	8 787	7 403
Outros gastos com o Pessoal	4 910	4 696
	315 025	**298 530**

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2017 foi de 15 (2016: 14 pessoas).

15. Outras Informações

16.

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Saldo a Receber		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções Imposto sobre Rendimento	103	61
IVA	37 509	13 737
	37 612	**13 798**
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	25 420	17 038
Retenções Imposto sobre Rendimento	2 571	2 512
Contribuição para a Segurança Social	4 205	3 970
Tributos das Autarquias Locais		
Outras Tributações	1 430	1 344
	33 625	**24 864**

15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Rendas	987	976
	987	**976**

15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	7 201	(676 703)	20 517	(648 985)
Constituição da Reserva legal	1 026	(1 026)	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	20 517	(20 517)	-
Resultado do ano	-	-	50 066	50 066
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**8 227**	**(657 212)**	**50 066**	**(598 919)**
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	8 227	(657 211)	50 066	(598 919)
Constituição da Reserva legal	2 503	(2 503)	-	(0)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	50 066	(50 066)	-
Resultado do ano	-	-	77 657	77 657
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**10 730**	**(609 649)**	**77 657**	**(521 261)**

15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Subcontratos	61 919	54 104
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	157 728	154 418
Publicidade e propaganda	780	30
Vigilância e segurança	2 977	2 610
Honorários	6 800	6 883
Comissões	610	615
Conservação e reparação	58 815	66 040
Materiais		
Ferramentas e utensílios	5 525	4 088
Livros e documentação técnica	-	101
Material de escritório	853	1 421
Energia e Fluídos		
Eletricidade	89 635	72 769
Combustíveis	23 112	20 091
Outros Fluidos	32 386	19 170
Deslocações, estadas e transportes		

Deslocações e estadas	681	2 335
Transportes de Mercadorias	351	259
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	51 507	49 826
Comunicação	18 684	26 432
Seguros	15 297	9 495
Contencioso e notariado	529	1 059
Despesas de representação	2 433	2 667
Limpeza, higiene e conforto	1 164	1 009
Outros	8 818	10 241
	540 966	**505 663**

15.5 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Rendimentos Suplementares		
Outros	5 856	5 239
Ganhos em Inventários	12 355	6 119
Imputação de Subsídios para Investimentos	2 364	5 248
Restituição de impostos	-	
Outros não especificados	6 587	32 525
	27 161	**49 131**

15.6 Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Impostos	14 895	9 632
Dívidas incobráveis	187	1 187
Perdas em Inventários	604	1 804
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates	1 570	4 502
Outros		
Outros Não Especificados	1 319	1 991
	18 574	**19 116**

15.7 Gastos de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	22 986	18 996
Ativos Intangíveis	381 254	340 968
	404 240	**359 964**

15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	509	245
Atraso de pagamento de clientes	5 541	5 319
	6 050	**5 564**

15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	17 739	38 198
Mora	61	-
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	2 632	14 564
Comissões Garantias	1 646	1 616
Não especificados	1 620	-
	23 697	**54 378**

15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	17 425	9 750
	17 425	**9 750**

17. Aspetos Ambientais

Em 2017 a sociedade não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2017 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

18. Acontecimentos Após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 16 de março de 2018.
Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.
Desde 31 de dezembro de 2017 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

19. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

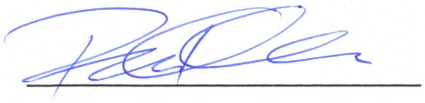
a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;

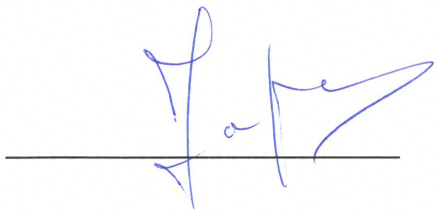
b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2017, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;

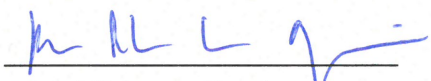
c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;

d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2017, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2018, nos prazos legais.

Conselho de Administração







Contabilista certificado

Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A., (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.382.250 euros e um total de capital próprio de 1.877.212 euros, incluindo um resultado líquido de 77.657 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A, em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de abril de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Paulo Jorge Luis da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944

Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

(a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2017 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
(b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2017 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
(c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2017, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 10 de abril de 2018

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

Paulo Jorge Luis da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944